

## **A história dos conflitos de terra no Sertão Carioca(1940-1964): Aspectos de uma memória camponesa da região**

LEONARDO SOARES DOS SANTOS\*

O mercado imobiliário que consumia as terras do Sertão Carioca na década de 1930 era diferente daquele que ajudou a incorporar os distritos de Méier, Irajá e Inhaúma à zona urbana da cidade. Naqueles lugares a incorporação foi sendo feita a passos lentos, de lote em lote. Já a expansão urbana que começa a se consolidar na década de 1940, dá-se através da constituição de loteamentos, alguns deles verdadeiros bairros, o que se dá paralelamente à estocagem de enormes terras para fins especulativos. Segundo denúncias encampadas por comunistas e udenistas na câmara municipal carioca em 1947, 70% das terras agricultáveis estavam imobilizadas nas mãos de companhias loteadoras.<sup>1</sup>

O Sertão Carioca parecia viver um impasse: justamente numa época em que os censos indicavam uma suposta expansão agrícola, começava a ganhar espaço um mercado de loteamentos pouco disposto a dividir espaço com as antigas lavouras. O cronista Gastão Cruls já notava isso quando escrevia em 1949 a respeito dos agricultores do Sertão Carioca, esse homens que iam “fazendo na sua casa de pau-a-pique ou num rancho de palha, uma vida quase tão primitiva e rústica como a dos caboclos que habitam os pontos remotos do país. E isso, não raro, com automóveis à porta e turistas disputando-lhes os cachos de banana e as pencas de laranja.”<sup>2</sup> O fim da “convivência pacífica” entre o urbano e o rural também não deixaria de ser percebida pela geógrafa Hilda Silva quando da sua pesquisa de campo sobre a localidade rural do Mendanha. Ao invés disso, o que se tinha eram pessoas esperando o “melhor momento” para lotear suas terras. Segundo ela, havia além de “chácaras-recreio” com “pomares bem cuidados [e] criação de galinhas”, a existência de “domínios dos pequenos sitiantes passando, ora por terrenos em que o aproveitamento agrícola está[va] se iniciando como o atestam as pequenas lavouras recém-iniciadas, ora

---

\* Professor Adjunto do COC/UFF. Doutor em História.

<sup>1</sup> GRILLO, Heitor. “Prestação de Contas”. In *Diário Oficial do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 17/04/1947. p. 302.

<sup>2</sup> CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949. p. 565.

por terrenos abandonados cujos proprietários se desinteressam da lavoura e aguardam oportunidade para vendê-los ou retalhá-los”.<sup>3</sup>

Não parece haver dúvidas de que estava ocorrendo no Sertão Carioca algo muito semelhante ao que era verificado pelo geógrafo Pedro Geiger na vizinha Baixada Fluminense. Vejamos o relato que ele fazia dessa região no início da década de 1950:

*Os proprietários das terras próximas do Rio percebem que problemas complexos da cidade, como de moradias, poderiam servir para obtenção de lucro pelo loteamento urbano que ampliaria as áreas da cidade (...) O loteamento, paradoxalmente, contribui para a reconstituição de grandes propriedades, pois, preliminarmente, os capitalistas e bancos imobiliários vão comprando extensões de terras visando a futuros parcelamentos, sendo uma das razões da manutenção de latifúndios nas proximidades de uma grande capital (...).*<sup>4</sup>

Uma importante consequência desse processo de expansão de loteamentos, tanto na Baixada Fluminense quanto no Sertão Carioca, foi a drástica redução da produção da laranja, que já vinha se agravando desde a 2ª Guerra Mundial. O principal motivo teria sido a falta de mercados compradores no exterior. Ao final da Guerra, a política de valorização artificial do câmbio adotada pelo presidente Dutra redundou no encarecimento do preço do produto, impossibilitando a recuperação dos antigos mercados. A produção volta-se para o mercado interno, mas sem a mesma força de anos atrás.<sup>5</sup> Os produtores que antes se ocupavam com a cultura da laranja logo se voltam para o cultivo de novos produtos. Mas a conversão para outra cultura não parecia ser o problema e sim outro: a falta de terras, que vinham sendo gradativamente incorporadas pelo mercado imobiliário urbano. Alguns jornais viam esse aspecto como o principal responsável pela situação de “franca decadência” da agricultura do Distrito Federal.<sup>6</sup> Para o jornal comunista *Classe Operária* a concentração de terras era fruto do “açambarcamento de terras por meia dúzia de grileiros, banqueiros e capitalistas” acarretando uma grande diminuição da área cultivada e o

---

<sup>3</sup> SILVA, Hilda. “Uma zona Agrícola do Distrito Federal – O Mendanha”, In: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, vol. XX, nº 4, 1958. p. 438.

<sup>4</sup> GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. pp. 60-61.

<sup>5</sup> Cf. PECHMAN, Robert. *Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro...*, p. 76; MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da Agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1987.

<sup>6</sup> *Diário Trabalhista*, 11/05/1947, p. 1.

agravamento do abastecimento do Distrito Federal de legumes, frutas, leite, etc.” A perda de terras por parte do setor agrícola carioca evidenciaria por sua vez a incapacidade dos poderes públicos em frear os interesses dos poderes econômicos envolvidos, direta e indiretamente:

E a situação tende a piorar, a medida que o govêrno vai deixando que os grileiros e outros tantos exploradores se apossam das terras. O número de propriedade vai diminuindo, como diminuindo vão os hectares cultivados, e a produção decrescendo, enquanto os preços sobem e o câmbio negro prolifera livremente.<sup>7</sup>

Já o anti-comunista *Diário Trabalhista*, em que pese seu posicionamento ideológico, não sustentava opiniões muito diferentes a dos seus adversários sobre a mesma questão: assim como os comunistas, os trabalhistas defendiam que a crise vivida pela agricultura era resultado inequívoco da ação conjunta de grileiros e companhias imobiliárias (que em muitos casos se confundiam). Entretanto eles observavam que o referido problema tinha suas raízes nas obras feitas pelo DSBF durante os anos 30:

*A falta de plano econômico, de previsão e sentido prático! Ao envez (sic) de promover a desapropriação das terras a serem beneficiadas pelo erário público, o saneamento enriqueceu algumas dezenas de proprietários e especuladores, e as terras lá ficaram sem a sistemática exploração capaz de justificar os gastos imensos do saneamento.*<sup>8</sup>

Havia quase que um consenso entre esses órgãos de imprensa quanto à avaliação dos efeitos da expansão do mercado imobiliário na zona rural: agindo como um vetor de expansão urbana sobre o Sertão Carioca, ele estava provocando a dizimação da agricultura carioca, acarretando prejuízos não só aos lavradores mas ao bem-estar de toda a população da cidade. Esse tipo de visão foi o que norteou a tentativa dos órgãos de imprensa em explicar a “crise” da agricultura e o problema da instabilidade dos seus lavradores quanto à posse da terra. Ou seja, mais do que a percepção de uma crise em termos produtivistas, o que estava em jogo também eram as condições de vida de agentes sociais específicos.

Se as décadas de 1930 e parte da de 1940 foram a época da “febre da laranja”, os anos 50 foram para muitos pesquisadores a época da “febre imobiliária”.<sup>9</sup> Para se ter uma

---

<sup>7</sup> *Classe Operária*, 09/12/1947. p. 8.

<sup>8</sup> *Diário Trabalhista*, 21/05/1947. p. 1.

<sup>9</sup> *ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Iplanrio/*

idéia do que foi isso, basta termos em vista que 40% do total de loteamentos feitos durante todo o século XX nos distritos de Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz – quase todo o Sertão Carioca – datam exatamente da década de 50.<sup>10</sup> Mesmo assim, parece-nos que essa delimitação guarda certa imprecisão. Conforme vimos acima, o processo de parcelamento das terras para a construção de loteamentos se dá com grande intensidade desde meados da década de 40. Baseado em dados de outros autores, Pechman revela que no período 1936-49, foram realizados em Santa Cruz e Campo Grande 59 loteamentos com um total de 14.909 lotes, compreendendo uma área de cerca de 1.745 ha.<sup>11</sup> Número expressivo se levarmos em conta que quase no mesmo período o Sertão Carioca viu a sua área agricultável perder 7.247 ha.<sup>12</sup> E desde o final daquela década eram comuns as declarações na imprensa carioca dando conta do papel exercido pela expansão dos loteamentos na retração da agricultura do então Distrito Federal. Mais do que isso: a “febre imobiliária” estaria criando uma grave questão social com a expulsão de centenas de lavradores de suas terras. Opinião diversa tem Maria Souza, para quem o processo de loteamento não acarretou a imediata expulsão dos agricultores, pois “os loteamentos tinham, na maioria das vezes, finalidades meramente especulativas, não correspondendo à real implantação de núcleos urbanos nas áreas atingidas.”<sup>13</sup> Mas os dados do censo de 1950 nos mostram algo mais.

O número de estabelecimentos rurais de 1950 (5.266) mostra uma queda de 34% em comparação com os dados de 1940 (7.994). A área total cultivável diminuiu em cerca de 15%, de 48.578 ha para 41.331ha. Os mais atingidos com esse recuo agrícola foram os arrendatários e posseiros, que, segundo Ana Britto, praticavam uma “forma precária ou itinerante” de agricultura devido ao fato de “não terem direito sobre a terra”.<sup>14</sup> O número de estabelecimentos dos primeiros sofreu uma diminuição de cerca de 61%, enquanto o

---

Zahar, 1988.

<sup>10</sup> SOUZA, Maria Alice Martins de. *Barra da Tijuca e Jacarépaguá: uma forma particular de loteamento irregular*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dezembro de 1995. p. 21.

<sup>11</sup> PECHMAN, R.M. Op. cit. p. 126.

<sup>12</sup> Estado da Guanabara. *Recenseamento Geral de 1960*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1961. p. 83.

<sup>13</sup> BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da Zona Oeste*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990. p. 52.

<sup>14</sup> Idem.

número dos segundos caíram quase 43%. Houve também uma queda do número de estabelecimentos que estavam em mãos dos pequenos proprietários, mas bem menor - 11%. Em termos de área cultivável, as áreas ocupadas por arrendatários caem 53%, as dos posseiros em 40%. Números muito altos se levarmos em conta que a queda da área agricultável total foi de cerca de 15%, e maior ainda se levarmos em consideração que foi de apenas 4% a diminuição da área cultivada por pequenos proprietários. Outra evidência a ser destacada é de que só as pequenas áreas agrícolas diminuíram em termos de área total: enquanto o número de lotes de menos de 10 ha sofreu uma redução de 40%, as médias propriedades entre 10 e 100 ha aumentaram em 5%, e as grandes propriedades de 100 a 1.000 ha em 15%.<sup>15</sup> Ou seja, não foi simplesmente a agricultura que estava em crise, mas era um setor bem específico que estava sendo por ela atingido – ao menos naquele momento: eram os pequenos agricultores, os responsáveis pela produção em pequena escala, que transitavam no limite daquilo que separava as suas atividades de algo próprio a uma economia de subsistência, eram eles os mais atingidos pelo avanço da expansão urbana sobre as áreas agrícolas do Sertão Carioca.

Mas os números por si só não são capazes de nos mostrar o processo de caráter subjetivo gerado por essa expansão imobiliária.<sup>16</sup> Algumas pesquisas acadêmicas das décadas de 70 e 80 acabaram por reduzir a complexa série de transformações que levaram à incorporação do Sertão Carioca como zona urbana (não “concluída” até hoje) a um processo de expansão urbana avassalador que agia numa zona rural cuja estrutura sócio-econômica (com seus lavradores de agricultura “precária” e “itinerante” e “sem nenhum direito sobre a terra”) teria mostrado ser tão sólida quanto um castelo de cartas. A descrição da mudança histórica se resumia à identificação do período mais ou menos exato (entre o final da década de 60 e início da década de 70) em que ocorreu a “substituição” das lavouras por casas, fábricas e ruas. Pouco se disse entretanto sobre as experiências geradas ao longo desse processo de “substituição”: convinha perguntar por exemplo como os lavradores pensaram e agiram em relação àquela expansão imobiliária? A sensação de segurança ou insegurança por parte dos lavradores é um outro aspecto do processo de loteamento do Sertão Carioca que os números dos censos não podem por si mesmos nos

---

<sup>15</sup> ESTADO DA GUANABARA. *Recenseamento Geral de 1960*, p.83

<sup>16</sup> Mário Grynszpan indaga se talvez não tenha havido expansão, mas sim recuperação desses pequenos lotes que estavam nas mãos de arrendatários e posseiros por parte das grandes propriedades (comunicação particular).

mostrar. A substituição de laranjais e hortas por casas e ruas asfaltadas é apenas um aspecto (entre muitos outros) da transformação da zona rural em zona urbana. O loteamento das terras rurais trouxe junto a ele um sem número de transformações, tanto de ordem material quanto imaterial. Um belo exemplo é o fato de se terem gerado novas expectativas e estratégias de sobrevivência entre lavradores. Muitos deles passaram a realizar cultivos que demandavam menos trabalho (isto é, menos capital) e cujo tempo de espera da colheita eram menos demorado. Tudo isso por conta das constantes ameaças do despejo que poderia ocorrer a qualquer momento. Quanto mais complexa a produção, maior o prejuízo de quem era despejado. Por isso a opção de muitos por cultivos mais simples, como o de hortaliças por exemplo.

Esse é um detalhe muito importante: os prejuízos causados pela expansão urbana não foram vivenciados por arrendatários e por posseiros apenas no momento do despejo ou expulsão de suas terras. Dizendo de outro modo, não era mais preciso, em muitos casos, que o despejo acontecesse para que o lavrador se sentisse prejudicado – bastava que o despejo se configurasse como uma ameaça. Alguns relatos de jornais da época indicam que a partir de meados dos anos 40, a substituição das lavouras em favor de casas para os chamados “bacanas da cidade” passa a fazer parte do horizonte de expectativas de praticamente todos os lavradores.<sup>17</sup> A expulsão da terra ficará marcada nas suas consciências como algo possível de acontecer a qualquer um e a qualquer momento. Tal expectativa, vivida sob a forma de ameaça, era capaz de determinar comportamento e atitudes. O ano é de 1946, e um lavrador de Campo Grande informa ao *Tribuna Popular* que ele e outros lavradores “só produzem a pequena lavoura, a horticultura. Ninguém faz plantio de profundidade; poucos até, se arriscam a cuidar da avicultura. *Todo mundo* tem medo de ser despejado de uma hora para outra pelos pseudos-donos da terra.”<sup>18</sup> Quase duas décadas depois Maria Galvão nos conta que “por fôrça do regime de trabalho”, os arrendatários portugueses estabelecidos em Vargem Grande - por sinal, na área mais cobiçada por loteadoras da região - construíam habitações pouco resistentes. Alegavam que a incerteza de sua permanência na terra os desencorajava a ter um gasto elevado com construções mais sólidas. Por isso, o material usado freqüentemente por eles era madeira, tirada de caixas de cebola, e folhas de ferro galvanizado ou sapê. Esse tipo de habitação,

---

<sup>17</sup> *O Radical*, 20/07/1951. p. 2.

<sup>18</sup> *Tribuna Popular*, 11/07/1946 (grifo meu).

comentava Galvão, “é mais precário que a casa de sopapo do brasileiro, mas isso não importa. Para êsses habitantes que (...) *tem os pés na terra que cultivam e os olhos na estrada ou em áreas não loteadas*, bastam umas paredes de madeira e um telhado de zinco como abrigo contanto que tudo isto lhe custe pouco dinheiro.”<sup>19</sup> A especulação imobiliária, ainda segundo Galvão, teria levado esses lavradores a praticar um tipo de agricultura temporária, baseada no cultivo de plantas de curto ciclo vegetativo, que permitiam com uma rotação de cultura a utilização ininterrupta do solo, seja qual fosse a estação.<sup>20</sup> A prova do malefício desse processo de especulação estaria no exemplo contrastante da área da “Serra” - onde os loteamentos ainda não tinham chegado - ser “marcada pela estabilidade” e ter uma agricultura baseada em “lavouras permanentes”:

*Como símbolo de ocupação efetiva e prolongada da terra, encontram-se árvores frutíferas – mangueira, jaqueira, abacateiro – plantadas à roça de casa, fornecendo, por vezes, alguns frutos para o mercado. À sua sombra acolhedora, brincam as crianças, trabalham as mulheres, descansa o mascate(...).<sup>21</sup>*

Outros indícios de estabilidade seriam as construções destinadas à criação de animais como galinheiro, chiqueiro, paiol, “e por vezes”, estábulo e telheiro. Como consequência desse cenário de relativa segurança e estabilidade, assim entendia Galvão, as moradias eram feitas de material mais sólido.

Estas transformações, por sua vez, conduziram a mudanças no modo de representação do espaço do Sertão Carioca. A maneira como ele passou a ser entendido estava intimamente relacionada com o modo pelo qual as transformações sofridas pela região foram interpretadas pela imprensa.

A partir do início da década de 1950 intensifica-se por meio tanto da *grande* quanto da *pequena* imprensa, a veiculação da imagem de um Sertão Carioca marcado pela destruição de sua lavoura e pela ação predatória de “grileiros” contra “lavradores esquecidos pelo poder público”. O resultado de tudo isso, nas palavras d’*O Globo*, era a existência de “grande abandono e desânimo” entre aqueles lavradores.<sup>22</sup> Mas se o

---

<sup>19</sup> GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Lavradores brasileiros e portugueses na Vagem Grande”. In: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n° 3 e 4, 1957. p. 54. (grifo meu).

<sup>20</sup> Idem, p. 47.

<sup>21</sup> Idem. pp. 42-3

<sup>22</sup> *O Globo*, 22/10/1952. p. 1.

“abandono” denunciado nas décadas de 1920 e 1930 dizia respeito a falta de medidas por parte do governo municipal e federal para a incorporação da zona rural à cidade, nesse momento (década de 50), a palavra “abandono” era uma alusão à falta de providência dos poderes públicas contra os empreendedores imobiliários, cujas ações estavam pondo em risco a agricultura da região. Em 11 de julho de 1951, o jornal *O Popular*, lamentava a situação do Sertão Carioca, que mesmo sendo a região responsável por 40 % do abastecimento do Distrito Federal, via-se “condenada ao desaparecimento, dentro de pouco tempo, uma vez que as terras próprias para o plantio estão sendo adquiridas por cias. Imobiliárias que as venderão depois de loteadas.”<sup>23</sup> Dois dias depois, o jornal voltava ao tema do “drama vivido por centenas de famílias que se dedicam a agricultura, no chamado ‘cinturão verde’ da capital da República”. A mesma área que há vinte anos “vinha sendo cultivada tranqüilamente”, era palco naquele momento de uma intensa valorização de suas terras, ocasionando sérios prejuízos ao abastecimento do Distrito Federal e na ameaça de despejo de centenas de lavradores que “não sabem fazer outra coisa”. O mesmo jornal diz ter tido a “oportunidade de assistir à destruição levada a efeito por um trator, que num dia de trabalho devora, tal como um monstro, centenas de pés de laranjas, carregados de frutos”.<sup>24</sup>

*O Radical* nos transmite impressão idêntica de surpresa e lamentação com a situação do Sertão Carioca:

*Há poucos anos, quando fizemos idêntico passeio àquela região, tudo era digno de ser admirado. Vastos e bem cuidados laranjais, peçados de pomos cor de ouro: gado leiteiro por toda parte e cultura variada de verduras, legumes e até cereais. Dissemos, então: está aqui o futuro da terra carioca. Terra abençoada, entregue aos cuidados de lavradores competentes, faltava-lhe tão somente, ajuda moral e material do governo...*<sup>25</sup>

Mas ao que parece, essa ajuda acabou não chegando como gostariam e o resultado atual era segundo palavras do jornal: lavradores “escravizados” por atravessadores e negociastas, e culturas abandonadas como resultado “do desânimo que se

---

<sup>23</sup> *O Popular*, 11/07/1951, p. 2.

<sup>24</sup> *O Popular*, 13/07/1951, p. 11.

<sup>25</sup> *O Radical*, 25/11/1951, 2ª edição, p. 2.



apoderou dos lavradores”.<sup>26</sup> Ou seja, os lavradores além de enfrentarem o problema da expansão urbana ainda tinham que suportar os prejuízos causados por intermediário do comércio de gêneros.

Passados três anos, o *Voz Banguense*, tendo por base o que acontecia em Bangu, parecia convicto da completa “extinção” do Sertão Carioca:

*Dentro de dez anos aproximadamente, se continuar no ritmo em que vem a política nefasta dos loteamentos, para fins lucrativos não existirá na zona rural, um plano de terra cultivada. Poucos são os sítios que restam. E assim mesmo sob o assedio permanente das ofertas tentadoras, quer da parte das companhias imobiliárias, quer da parte dos corretores de imóveis, incansáveis na busca dos bons negócios. E venda de terreno é bom negócio, além de bom – é da China.*<sup>27</sup>

Para os jornais, eram as companhias imobiliárias, nas mãos de “grileiros”<sup>28</sup>, as principais responsáveis por esse cenário de “drama” e “destruição”. “Gangsters!” – assim eram denominados pelo *O Radical* em agosto de 1950. “Juntos dos assaltantes brasileiros de terras, asseverava o jornal, Al Capone é pinto!”<sup>29</sup> Em julho de 1951, *O Radical* publicava uma série de reportagens sobre grilagem de terras na localidade de Pedra de Guaratiba com o sugestivo título “Vai correr sangue!”. Ali, uma zona de produção estava sendo destruída por um “frio assaltante de terras” chamado Pedro Moacir, “interessado em transformar Pedra de Guaratiba em recanto de turismo, onde os ‘bacanas’ e parasitas da sociedade possam descansar os seus ócios”. Agindo desse forma, este “aventureiro” – nas palavras d’*O Radical* - agia contra o abastecimento da cidade e contra a coletividade de trabalhadores da região. Outro detalhe importante, segundo o jornal, era o fato da polícia agir “mancomunada com os grileiros”, prestando-lhe “assistência” e garantindo o “esbulho e perseguição” dos lavradores.<sup>30</sup>

Quando chegamos à metade da década o quadro se revela praticamente o mesmo

---

<sup>26</sup> Ibidem.

<sup>27</sup> *Voz Banguense*, 26/06/54, p. 4.

<sup>28</sup> Grileiro: “indivíduo que procura apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade”. In *Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.

<sup>29</sup> *O Radical*, 24/08/1950. p. 1.

<sup>30</sup> *O Radical*, 20/02/1951. p. 2.

segundo as linhas do *Imprensa Popular*. Como “atestaria” a situação de cerca de 2 mil lavradores com suas respectivas famílias na Fazenda Piaí (Sepetiba), “vivendo todos eles sobressaltados com o jôgo escabroso dos Lopes, que resolveram introduzir, ali, o regime de terror e da fôrça, levando o pânico até às portas de humildes lavradores.” Ainda segundo o jornal, os funcionários encarregados da administração da propriedade tinham como “ordens recebidas” do pretense proprietário “depredar, queimar e dizimar as palhoças e as plantações”. E mais: “até a ordem de usar o revólver foi dada.”<sup>31</sup>

Outra figura negativamente personificada era a do corretor de imóveis. Como o prova o caso de Mario de Mendonça, que acusado de vender terrenos da municipalidade em Sepetiba, teve de fugir depois de “descoberto em sua trama diabólica”. Pode-se dizer que sua investida não foi de todo um fracasso, já que conseguiu fugir com o dinheiro dos “incautos” por ele físgados.<sup>32</sup> Para *O Popular*, esses corretores não passavam de “piratas e espertalhões” que tinham inventado uma nova modalidade de “lesar o povo”. Nesse caso, as vítimas não eram somente os lavradores mas também o comprador de lotes, na maior parte das vezes, um “ingênuo e bem intencionado pobre coitado” que acreditava no que os corretores diziam sobre os loteamentos - “futura terra de promessa onde tudo será maravilhoso”. A negociação era efetivada, nos contava o jornal em 1953, durante a visita aos loteamentos por pessoas, que no “afã de garantir o futuro dos rebentos se satisfaz com muitos poucos detalhes. Mas ao regressar, detendo-se a pensar sôbre tudo que lhe foi dito e exibido, enquanto a condução o leva de regresso para casa, o logrado ‘comprador’, livre da verborragia dos sabidos falastrões, começa a imaginar que alguma coisa estava errada em tudo aquilo e principia a ter a sensação de que ‘caiu’ num ‘conto do vigário’”.<sup>33</sup>

Essa representação sobre a região como um espaço de conflito entre “posseiros” e “grileiros” - este tendo como importantes aliados os corretores imobiliários e a “omissão” dos poderes públicos - atravessaria toda a década de 50 e chegaria praticamente intacta aos anos 60: despejos, violência contra lavradores, cumplicidade das autoridades policiais, descaso dos poderes públicos, grilagens etc., continuavam a dar o tom da imagem do Sertão Carioca. Um caso ocorrido em Campo Grande envolvendo o “rendoso comércio de loteamentos de terrenos” foi emblemático. Estamos no ano de 1961 e segundo palavras do *Novos Rumos*:

---

<sup>31</sup> *Imprensa Popular*, 21/11/1956. p. 6.

<sup>32</sup> *Gazeta de Notícias*, 20/12/1955, p. 8.

<sup>33</sup> *O Popular*, 27/09/1953. p. 1.

Confiam os tubarões de terras no sucesso de seus negros propósitos, baseados no fato de, há alguns anos, terem conseguido desalojar humildes camponeses fixados em terras adjacentes e que, tal como os que ora labutam às margens do Cabuçu, tinham como única fonte de receita o amaino do solo.<sup>34</sup>

Este mesmo caso mais uma vez confirmaria a aliança entre “grileiros” e “poder público”, o que de certa forma descaracterizava a idéia de que o segundo se omitia sobre as questões de terra do Sertão Carioca. Pelo contrário, a sua atuação seria contundente, só que a favor dos “negros propósitos” daqueles primeiros, pois

*Os policiais de Campo Grande, a serviço da grilagem, têm-se desmandado nas mais pusilânimes ações de violência e pilhagem contra os modestos e pacatos posseiros. Em dias da semana passada, o caminhão de chapa 651.61(GB), repleto de policiais chefiados por Néelson Elias, penetrou na área em litígio, numa hora em que os posseiros estavam ocupados na sua lavoura. Num requinte de barbárie, similar apenas ao que se vê em algumas películas cinematográficas, os soldados, usando o próprio veículo, derrubaram inúmeros barracos e arreventaram cêrcas. Completando a pirataria incendiaram alguns barracos e, num gesto que define bem o caráter do ato que praticaram, roubaram alguns rolos de arame farpado.<sup>35</sup>*

Talvez em função da repercussão provocada pelas denúncias da imprensa, os “grileiros” interromperam por alguns meses as suas ações. Mas no fim do ano “êstes cavalheiros” que se diziam “donos daquelas terras” tinham retomado as “perseguições aos lavradores”. Para a consecução de tal fim, tinham “contratado” os sargentos Valdir e Cajatier “para expulsarem os agricultores”. Escreve ainda o *Luta Democrática* que “a frente de um grupo bem armado, percorrem êles diáriamente a região, queimando plantações e casas; destruindo cêrcas de arame farpado e matando o gado”.<sup>36</sup>

Segundo noticiava o *Luta Democrática* às vésperas do golpe de 64, uma “reforma agrária” estava prestes a ser “decretada” em Vargem Pequena (Jacarepaguá), mas não pelos seus 1.220 “posseiros” e sim “pelos velhos e conhecidos grileiros da região, antes abandonada e desvalorizada.” Por meio dessa “reforma agrária”(!) os “posseiros” estavam “sendo violentamente ameaçados de serem expulsos de suas terras” e ainda “perdendo suas

---

<sup>34</sup> *Novos Rumos*, 11-17/08/1961. p. 6.

<sup>35</sup> *Ibidem*.

<sup>36</sup> *Luta Democrática*, 01/12/1961. p. 3.

benfeitorias”. Para sua implementação recorria-se aos serviços de capangas armados, “incumbidos de invadir as terras, abrindo fogo, a todo custo, como se aquilo fosse terra de ninguém”. E segundo jornal, tudo isso contaria com o beneplácito do poder público:

*Todas as queixas levadas às autoridades policiais, pedindo garantias, são recusadas ou postas na ‘geladeira’, porque o assunto é da alçadas da Justiça ... salvo se houver bala! Já se verificaram casos em que os lavradores que vão pedir garantias ficam presos para averiguações.*<sup>37</sup>

Longe de serem vistos como um fenômeno distante e inexplicável, só apreendido pela matemática dos censos – na comodidade da análise feita a *posteriore*, distante do calor dos eventos... - os loteamentos eram considerados como sendo de autoria de “grileiros”, “ladrões de terras” e “aventureiros”, cujas práticas acarretavam inúmeros “malefícios ao abastecimento da cidade” e à “vida de humildes lavradores” e suas famílias. Ou seja, a expansão dos loteamentos sobre o Sertão Carioca se deu paralelamente à formação de uma importante arena de disputas em torno de valores e significados referentes a noções de direito e justiça. A existência de tal arena acabou sendo desconsiderada quando alguns estudiosos preferiram designar esse processo apenas como “expansão do vetor urbano pela área rural”. Mas na época em que esse processo se deu, ele era qualificado por alguns órgãos de imprensa como “repelentes assaltos de terras” praticados por “malfeitores encasacados”,<sup>38</sup> ou, como contra-argumentavam as loteadoras, como a “chance sem igual de uma vida alegre” com “aplicação de capital seguro”, em terras “devidamente registradas e legalizadas”. E além de produzir novas ruas e casas, tal expansão concorreu para o surgimento de novas idéias, representações e certezas: dentre elas, foi-se consolidando a de que os infortúnios vividos pelos habitantes da região atendiam a interesses de um determinado grupo: enquanto a diminuição da produção agrícola acontecia, levando ao declínio das condições de vida dos lavradores e à falta de gêneros para o abastecimento da cidade, havia homens que faziam fortunas com ela. Muito mais do que um fenômeno econômico racional e objetivo, que aparentemente teria triunfado com ares de inexorabilidade, tais loteamentos eram associados a categorias sociais bem delimitadas, personificadas por indivíduos de carne e osso, cujos interesses e intenções eram quase que diariamente expressos em denúncias de violências e ameaças. De certa forma, a luta dos

---

<sup>37</sup> *Luta Democrática*, 24/03/1964. p. 7.

<sup>38</sup> *O Radical*, 13/05/1952. p. 6.

posseiros do Sertão Carioca acabaria por evidenciar, talvez um tanto involuntariamente, que a expansão urbana sobre a região não tinha a racionalidade como um dos seus fundamentos. Muito pelo contrário, a expansão urbana nem mesmo se baseou em elementos puramente econômicos, pois sua vitória dificilmente poderia ser imaginada sem o extensivo recurso da força e de várias formas de violência, tendo inclusive a anuência de forças policiais.

### **Bibliografia:**

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1988.

BRITTO, Ana Lúcia Nogueira de Paiva. *Novas formas de produção imobiliária na periferia: o caso da Zona Oeste*. 1990. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

*Classe Operária*, 09/12/1947.

CRULS, Gastão. *Aparência do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1949.

*Diário Trabalhista*, 11/05/1947; 21/05/1947.

ESTADO DA GUANABARA. *Recenseamento Geral de 1960*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1961.

\_\_\_\_\_. *Guanabara Rural(1961-1964)*.

\_\_\_\_\_. *A Zona Rural da Guanabara: levantamento sócio-econômico*. Rio de Janeiro, 1962.

FRIDMAN, Fânia. “Os donos da terra carioca: alguns estudos de caso”. In *Anais V encontro nacional da ANPUR*. Belo Horizonte, vol.2 ,agosto de 1993.

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. “Lavradores brasileiros e portugueses na Vargem Grande”. In: *Boletim Carioca de Geografia*, Rio de Janeiro, n° 3-4, 1957.

*Gazeta de Notícias*, 20/12/1955.

GEIGER, Pedro Pinchas e MESQUITA, Myriam Gomes Coelho. *Estudos Rurais da Baixada Fluminense (1951-1953)*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956. pp. 60-61.

GRILLO, Heitor. “Prestação de Contas”. In *Diário Oficial do Distrito Federal*, Rio de Janeiro, 17/04/1947.

*Imprensa Popular*, 21/11/1956.

*Luta Democrática*, 01/12/1961; 24/03/1964.

MUSUMECI, Leonarda. *Pequena produção e modernização da Agricultura: o caso dos hortigranjeiros no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPEA/ INPES, 1987.

*Novos Rumos*, 11-17/08/1961.

PECHMAN, Robert Moses. *Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro, Relatório de Pesquisa apresentado ao IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. *Gênese do mercado urbano de terras, a produção de moradias e a formação dos subúrbios no Rio de Janeiro*. 1985. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1985.

*Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.

*O Globo*, 22/10/1952.

*O Popular*, 11/07/1951; 13/07/1951; 27/09/1953.

*O Radical*, 20/02/1951; 24/08/1950; 20/07/1951; 25/11/1951; 13/05/ 1952.

SILVA, Hilda. “*Uma zona Agrícola do Distrito Federal – O Mendanha*”, In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, vol. XX, nº 4, 1958. p. 438.

SOUZA, Maria Alice Martins de. *Barra da Tijuca e Jacarépaguá: uma forma particular de loteamento irregular*. 1995. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dezembro de 1995.

*Tribuna Popular*, 11/07/1946.

*Voz Banguense*, 26/06/54.